

**ENAN  
PUR** 2023  
Belém 22 a 26 de maio



## **Planificação e Ocidentalização da Cidade Árabe-Muçulmana de Faro, em Portugal: uma breve investigação**

**Natália Sagaz**

Universidade Federal de Santa Catarina

### **Sessão Temática 06: Cidade, História e Identidade Cultural**

*Resumo.* O arquétipo comumente apresentado para a cidade islâmica é aquele no qual a urbe oriental se organiza de dentro para fora, priorizando a intimidade da vida privada em detrimento dos espaços públicos se comparados à perspectiva ocidental de um espaço construído ordenado. O presente trabalho propõe investigar esses imaginários construídos sobre as cidades islâmicas, a partir do recorte na cidade portuguesa de Faro, para a análise da composição urbana durante o período medieval, no que se refere às suas origens e seus desdobramentos no espaço urbano. Faro, na região do Algarve, apesar de possuir uma estrutura romana antecedente, demonstra em seu território a defesa muçulmana durante a expressiva reconquista cristã durante o medievo (CATARINO, 1998). Para aprofundar nessas comparações, será realizada uma revisão bibliográfica acerca da gênese dessa cidade, dos povos originários desse centro urbano e quais características remanescentes permitiram a fixação do povo árabe-muçulmano nesse espaço. Sobre isso, é notório destacar que a abordagem do tema é geralmente dada, até o momento, a partir do ponto de vista de historiadores que muito raro expressam algum entendimento sobre a organização e o desenho das cidades - fato este que ganhou atenção no desenvolvimento deste trabalho.

*Palavras-chave.* Faro; Algarve; historiografia; cidade árabe-muçulmana; ocidente.

### **Planning and Westernization of the Arab-Muslim City of Faro, in Portugal: a Brief Investigation**

*Abstract.* The archetype commonly presented for the Islamic city is the one in which the eastern city is organized from the inside out, prioritizing the intimacy of private life to the detriment of public spaces when compared to the western perspective of an ordered built space. The present work proposes to investigate these imaginaries built on Islamic cities, based on the Portuguese city of Faro, for the analysis of the urban composition during the medieval period, with regard to its origins and its consequences in the urban space. Faro, in the Algarve region, despite having an antecedent Roman structure, demonstrates in its territory the Muslim defense during the expressive Christian reconquest during the Middle Ages (CATARINO, 1998). To deepen these comparisons, a bibliographic review will be carried out about the genesis of this city, the original peoples of this urban center and what remaining characteristics allowed the Arab-Muslim people to settle in this space. In this regard, it is noteworthy to highlight that the approach to the theme is generally given, until now, from the point of view of historians who very rarely express some understanding about the organization and design of cities - a fact that gained attention in the development of this work.

*Keywords:* Faro; Algarve; historiography; Arab-Muslim city; Western.

### **Planificación y occidentalización de la ciudad árabe-musulmana de Faro, en Portugal: una breve investigación**

**Resumen.** *El arquetipo comúnmente presentado para la ciudad islámica es aquel en el que la ciudad oriental se organiza de adentro hacia afuera, priorizando la intimidad de la vida privada en detrimento de los espacios públicos frente a la perspectiva occidental de un espacio edificado ordenado. El presente trabajo se propone investigar estos imaginarios construidos sobre las ciudades islámicas, tomando como base la ciudad portuguesa de Faro, para el análisis de la composición urbana durante la época medieval, en cuanto a sus orígenes y sus consecuencias en el espacio urbano. Faro, en la región del Algarve, a pesar de tener un antecedente de estructura romana, demuestra en su territorio la defensa musulmana durante la expresiva reconquista cristiana durante la Edad Media (CATARINO, 1998). Para profundizar en estas comparaciones, se realizará una revisión bibliográfica sobre la génesis de esta ciudad, los pueblos originarios de este centro urbano y qué características remanentes permitieron al pueblo árabe-musulmán asentarse en este espacio. Al respecto, cabe destacar que el abordaje del tema se da generalmente, hasta ahora, desde el punto de vista de los historiadores, quienes muy pocas veces manifiestan alguna comprensión sobre la organización y diseño de las ciudades - hecho que llamó la atención en la desarrollo de este trabajo.*

*Palabras clave:* Faro; algarve; historiografía; ciudad árabe-musulmana; occidental.

## 1. Introdução

O arquétipo comumente apresentado para a cidade islâmica é aquele no qual a urbe oriental se organiza de dentro para fora, priorizando a intimidade da vida privada em detrimento dos espaços públicos se comparados à perspectiva ocidental de um espaço construído ordenado. Este paradigma parte de uma compreensão de espaço maniqueísta, própria do Islã, na qual o interior organizado com ordem e normas estabelecidas reverbera em soluções pacíficas, consideradas boas. Por outro lado, o exterior, a rua, estruturados pelas leis de sobrevivência na cidade, representam um cenário subversivo e mal (SAMPAYO, 2001).

Nesse sentido, para Goitia (2003), com o passar do tempo o Islã tornou-se uma concepção de vida baseada em uma religião intransigente e uma teocracia puritana e, portanto, acaba por assimilar e adaptar-se aos países que encontra em sua passagem. Desse modo, tudo na cidade é submetido ao Alcorão, uma regressão relativa do ponto de vista da construção de cidades greco-romanas nas quais os espaços públicos eram visualmente legíveis. Assim, a ágora e os anfiteatros são dispensados do planejamento urbano para os muçulmanos, mas preservam as termas para implantação das casas de banho, um lugar indispensável para a prática da religião e manifestação das relações sociais.

Sobre isso, é notório destacar que a abordagem do tema é geralmente dada, até o momento, a partir do ponto de vista de historiadores que muito raro expressam algum entendimento sobre a organização e o desenho das cidades – fato este que ganhou atenção no desenvolvimento deste trabalho a fim de preencher as lacunas encontradas pelo tema. Ainda nesse contexto, vale ressaltar que uma parte considerável da produção científica existente até o momento acerca do assunto é diretamente influenciada pelo imaginário ocidental de que o Oriente, principalmente a porção árabe-muçulmana, é retrógrada se comparada a noção de progresso associada ao Ocidente (JAKUBIAK, 2020).

Entre os anos 70 e 80, muitos pesquisadores se debruçaram em busca do entendimento sobre os arquétipos de cidades árabe-muçulmanas presentes no Oriente Médio e na África, mantendo excluída a compreensão acerca do modelo estruturado em Portugal. Ao tratar do traçado urbano de uma urbe islâmica, dentro da Península Ibérica, há que distinguir a expressão diversa da cidade árabe-muçulmana em função da cultura romana preexistente no território,

como observado pela professora arquiteta Mafalda G. Teixeira de Sampayo<sup>i</sup> (2001). A autora também sugere que este desenho urbano muda de acordo com a implantação do território, ainda que se mantenha um certo padrão entre esses exemplares.

Com isso, torna-se difícil observar nessas cidades portuguesas o desenvolvimento espontâneo se comparado aos modelos urbanos do Oriente Médio ou na África (SAMPAYO, 2001), o que inclui a cidade de Faro, haja vista que a malha romana presente fez com que os árabes se apropriassem dela para construir a cidade conforme suas necessidades, sem necessariamente destruí-la, mas atuando com um urbanismo de ordem geométrica. Nesse sentido, convém apresentar as cidades islâmicas da Península Ibérica a fim de identificar as possíveis convergências ou diferenças como método de investigação sobre a produção do espaço na cidade de Faro e as reverberações em seu território.

O presente trabalho surgiu a partir da disciplina de História da Cidade, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, e que propôs em sua conclusão o desenvolvimento de uma pesquisa que objetivava compreender o renascimento do mundo urbano na Baixa Idade Média e as características do espaço urbano da cidade medieval. Assim, como resultado, este estudo propõe uma contraposição aos imaginários construídos sobre as cidades islâmicas, a partir do recorte na cidade portuguesa de Faro, afim de contribuir para o registro do seu processo de planificação e ocidentalização durante o período medieval, no que perpassa suas origens e seus desdobramentos socioeconômicos no espaço urbano, bem como proporcionar um debate mais amplo no que diz respeito a desconstrução do modo colonialista de pensar o mundo. Para investigar as questões apresentadas, será realizada uma revisão bibliográfica acerca da gênese das cidades muçulmanas, dos povos originários desses centros urbanos e quais características remanescentes permitiram a fixação do povo árabe-muçulmano em Portugal, tal qual ocorrido em Faro.

## **2. A produção do espaço da cidade árabe-muçulmana**

Ao tentar definir o espaço da cidade árabe-muçulmana, é necessário elucidar acerca de qual espaço estará sendo contemplado neste debate científico, uma vez que este “resulta de uma série e de um conjunto de operações e por isso não pode ser reduzido a um simples objeto” (LEFEBVRE, 1986, p. 88). Assim, entende-se que é indissociável a noção de espaço urbano – maior foco de contribuição desta investigação – da compreensão do espaço político e, principalmente, do espaço social, pois parte-se do pressuposto que este último é o arranjo simultâneo de tudo aquilo que há no espaço, tudo que é produzido pela natureza ou pela sociedade, seja por cooperação ou por conflitos (LEFEBVRE, 1986).

Nesse sentido, entende-se que a cidade islâmica é um modelo de cidade defensiva, nascida em uma época de lutas territoriais e, por essa razão, foram inicialmente escolhidas para implantação em terrenos acidentados para melhor se defenderem (SAMPAYO, 2001). Além disso, é proposto dentre os estudiosos orientistas, abordados nesse trabalho, que ao invés de o Islã moldar o espaço, o espaço pode ter tido uma função fundamental em moldar um Islã próprio dos centros urbanos para se fazer pertencer frente aos contextos políticos e sociais que atravessou, permanecendo os muçulmanos unidos pela fé e pela palavra do

Alcorão. Com isso, assim como é possível ter um programa para a *pólis* grega e para a *civitas* romana, pode-se dizer que exista também um para a privada/ secreta cidade islâmica (GOITIA, 2003).

Na intenção de tecer um parâmetro metodológico sobre a construção do espaço urbano das cidades árabe-muçulmanas, encontrou-se em Weber (1864-1920) uma tentativa para definir a existência de uma urbe a partir de cinco requisitos, sendo eles: 1) as fortificações; 2) um mercado; 3) um tribunal próprio ou uma lei parcialmente autônoma; 4) uma forma relacionada de associação; 5) gestão autônoma. Isso influenciou os estudiosos orientalistas que viriam em seguida, como pode ser observado nas obras de Benevolo (1994, apud SAMPAYO, 2001), com as seguintes constatações para traçar as características inerentes à fundação de cidades islâmicas: redução de edifícios públicos; existência de casas ou palácios, bem como a presença das casas de banho e da mesquita; abandono da regularidade da malha urbana clássica, em favor de um tecido irregular e labiríntico; plano de cidade fechada entre muralhas, sendo o espaço principal o da medina<sup>ii</sup>; utilização de figuras geométricas nas fachadas arquitetônicas em detrimento das figuras humanas por questões religiosas.

Ainda nesse contexto, foi observado com a leitura sobre a interpretação dos irmãos Marçais (1945, apud SAMPAYO, 2001), uma nítida divisão entre bairros comerciais e bairros residenciais assim como visto no mercado local, que era hierarquizado a partir de um comércio mais nobre e limpo na proximidade da mesquita, bem como as habitações que se estruturavam por fatores étnicos e econômicos em relação a especialidade do trabalho dos moradores. Os autores defendem que a gênese da cidade islâmica oriental está dependente não somente de um ponto de água num país desértico ou um vale fértil e bem irrigado, mas também em um local de passagem obrigatória por via terrestre, um porto natural numa grande via marítima e uma posição geográfica estratégica para fins comerciais e militares.

É importante ressaltar que tanto Weber quanto os irmãos Marçais viveram entre o final do século XIX e o início do XX, tendo escrito suas obras neste intervalo de tempo no qual o espírito imperialista dos europeus ainda se encontrava muito presente e tinha nos pesquisadores orientalistas apenas um respaldo científico (JAKUBIAK, 2020). Nesse sentido, destaca-se para o posicionamento marxista do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre que redigiu suas obras durante o século XX em comparação às investigações de Fernando Goitia, arquiteto e historiador espanhol, que dá para a cidade árabe uma atenção inusual entre urbanistas que é a preferência pelo modelo urbano do Mediterrâneo europeu e, assim, se vale de conceitos e abordagens próprias do urbanismo para retratar as diferentes morfologias das cidades ao redor do mundo.

Apesar das incongruências entre o espaço-tempo de escrita desses autores, pode-se identificar características que expressam uma unidade no traçado urbano das cidades islâmicas do Oriente. No que tange às métricas de implantação das cidades islâmicas orientais, os terrenos eram escolhidos de forma a proporcionarem uma drenagem natural a partir das diferenças de níveis do cume de um monte até as partes baixas, mais planas. Nesse território, a mesquita está sempre presente e posicionada ao centro da medina ou próxima a uma porta de grande imponência (SAMPAYO, 2014).

Sobre isso, vale dizer que as portas nas cidades árabe-muçulmanas apresentam, para além do valor funcional, um apego simbólico, pois em muitas ocasiões eram usadas como um elemento arquitetônico de complexidade engenhosa e pouco apelo estético para marcar o acesso à cidade. No geral, elas eram utilizadas em pares, sendo a primeira como um grande acesso ao pátio de armas e a segunda para entrada principal da medina (GOITIA, 2003). Os pátios se fazem presentes nessas urbes de modo a favorecer a organização espacial de dentro para fora, opondo-se a noção ocidental de urbanismo onde primeiro constroem-se as ruas e depois as edificações – estas últimas se estruturam de forma estreita e sinuosa, devido à lei da hereditariedade, na qual a posse da propriedade passa para os sucessores na árvore familiar, que reflete na organização do espaço com diferentes recuos e afastamentos.

A partir dessas interpretações, infere-se que é necessário compreender a produção arquitetônica e, conseqüentemente, a construção deste tipo de paisagem urbana a partir da composição da cidade árabe-muçulmana e do indispensável conhecimento sobre suas respectivas cláusulas jurídicas e regras normativas. Quanto a arquitetura, também ressalta-se a observação feita por Goitia (2003) acerca da manifestação da ordem islâmica em relação à igualdade fundamental perante a Deus, que fazia com que as fachadas mais ornamentadas fossem construídas voltadas para dentro do pátio, a fim de respeitar os irmãos religiosos com menor poder econômico. Nesses moldes, a urbe árabe-muçulmana se ergue em cenários urbanos que se repetem consecutivamente, de forma labiríntica, com poucas referências externas, “dando origem a uma cidade de fachadas cegas” (SAMPAYO, 2001, pg.278).

### **3. A produção do espaço na cidade de Faro, em Portugal**

#### *3.1. A cidade árabe-muçulmana na Península Ibérica*

As cidades erguidas na Península Ibérica são cidades marcadas pela diversidade de culturas que por lá se consolidaram ao longo dos séculos. Assim, pode-se dizer que a cultura islâmica foi uma das mais expressivas no território tornando-se influente para além das suas fronteiras (SAMPAYO, 2001). Essas cidades, de nova fundação em Portugal, para escolher a melhor implantação possível, costumavam seguir uma série de parâmetros como: água abundante, terrenos férteis, bosques para obtenção de lenha e uma fortificação imponente para ações de defesa, logo, não muito diferentes das cidades árabe-muçulmanas orientais.

A proximidade com a bacia mediterrânea tornava Portugal suscetível à passagem, e possível predomínio, por parte de outras civilizações como foi o caso dos romanos, bizantinos e também os muçulmanos. Assim, no início do século VIII iniciou-se um processo militar de ocupação na Península Ibérica a partir de um pequeno exército composto de árabes, orientais e berberes, chefiados pelo general Tariq Ibn Ziyad, que cruzou o estreito de Gibraltar, no Norte da África, chegando ao território e vencendo o monarca Rodrigo – último rei da Espanha Visigoda – na Batalha de Guadalete. Em pouco tempo essas tropas cercavam Córdoba e, desta forma, mouros e árabes ocuparam a região em uma extensão até então desconhecida, a qual chamaram de Al-Andalus (NOGUEIRA, 2001).

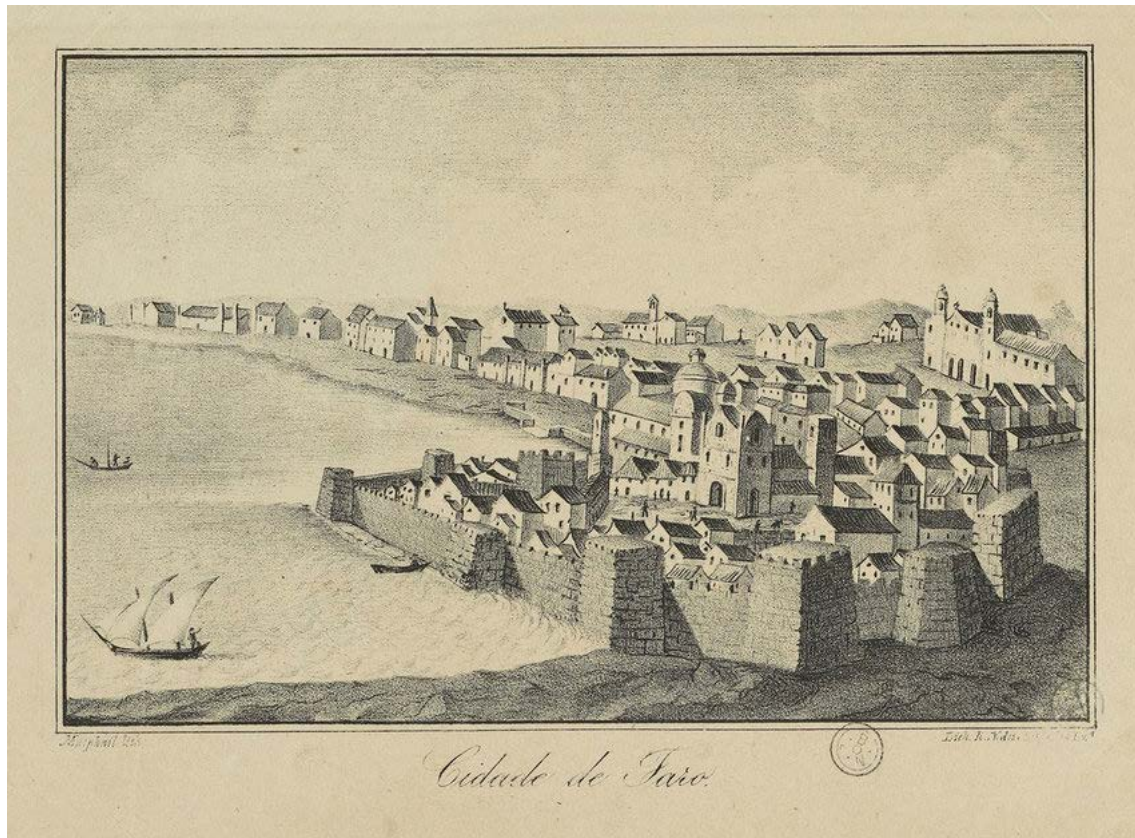
Apesar de toda a diversidade cultural que emergiu na Península Ibérica medieval, a partir do ano de 1008, ocorre um enfraquecimento do mundo

muçulmano devido a lutas de sucessão dinástica e a manifestação de diferentes interesses regionais. Isso fez com que o território fosse fragmentado em diversos reinos politicamente independentes entre si e que, posteriormente, originaram conflitos com os reinos cristãos. Neste momento dá-se início ao movimento de reconquista cristã que, ao avançar e dominar os territórios árabe-muçulmanos faziam concessões aos vencidos, como: garantir o direito de manterem seus usos, costumes, línguas e religião dentro das cidades retomadas (NOGUEIRA, 2001).

Nesse sentido, é válido pontuar a distinção que se conformou na Península Ibérica entre a porção setentrional, com forte influência cristã e rural, e a região austral, com presença da cultura e urbana. Em contrapartida, algumas cidades árabe-muçulmanas como Faro – ao sul de Portugal, na região do Algarve – apesar de possuírem uma estrutura urbana própria da *civitas* romana antecedente, demonstram em seu território a defesa muçulmana durante a expressiva reconquista cristã durante o medievo (CATARINO, 1998).

### 3.2. A cidade de Faro no Algarve português

A origem da cidade de Faro, na região do Algarve ao sul de Portugal, assim, Sampayo (2001) apresenta em seus estudos uma interpretação de que por volta de 800 a.C. já existia uma fortificação e um templo romano onde mais tarde os árabe-muçulmanos construíram a mesquita e, posteriormente a igreja cristã. Essas estruturas remanescentes da urbe romana, segundo a autora, possivelmente influenciaram no desenho e na construção da paisagem urbana árabe-muçulmana, bem como na definição de eixos retilíneos considerados ordenadores das principais ruas desta urbe islâmica que viria a se constituir – a título de exemplo, a Rua do Município e a Rua do Castelo. Dessa forma, a cidade de Faro apresenta hoje no seu cerne múltiplas reminiscências da ocupação de diferentes civilizações (Figura 1).



**Figura 1.** Litografia da cidade de Faro no século XVII (fonte: João Macphail, 1842).

A configuração do terreno de Ossónoba, atual perímetro de Faro, era uma pequena colina a cerca de oito metros de altitude, limitada pela muralha medieval, em um ambiente lagunar e quase isolada de terra firme, onde o resto da cidade se implantava em cotas mais baixas (SAMPAYO, 2001). Essa conformação geográfica privilegiada, com proximidade ao norte da África e acesso ao Mediterrâneo, facilitou as trocas comerciais e contribuíram para o crescimento e desenvolvimento da cidade que viria a ser a capital da região do Algarve. Condições estas que começam a divergir da estrutura tradicional da urbe oriental que priorizava cotas mais altas e adjacentes ao mar.

Com a presença dos árabes, passou a existir uma divisão espacial da cidade, criando-se uma fortificação em um dos extremos da muralha e uma medina no restante do espaço intra-muros (SAMPAYO, 2001). Assim, por estar localizada ao sul, preserva-se a intenção de uma urbe islâmica defensiva ao permitir que o trânsito marítimo circule a partir de um certo grau de controle devido à sua posição geográfica. Nesse sentido, vale-se destacar a presença de duas portas muito significativas para Faro: a Porta do Mar e a Porta do Socorro. Como os próprios nomes já expressam, elas conduziam ao mar para circulação e pedidos de auxílio por meio de embarcações, respectivamente.

Como em muitas cidades que passaram por esse processo de ocupação por diferentes civilizações, Faro – segundo Sampayo (2001) – teve o uso de seus edifícios públicos sendo modificados ao longo dos anos, e com os edifícios religiosos não foi diferente, o templo romano sucedeu a mesquita e a esta a Igreja de Santa Maria de Faro, atual Sé (Figura 2). Assim, a capital do Algarve, ao ser conquistada por D. Afonso III em 1249, passa para domínio cristão que fizeram um grande esforço para adaptar essas estruturas da urbe às suas necessidades, o que fez com que os árabes que ali viviam passassem a ocupar as regiões adjacentes à fortificação, mas do lado externo, descaracterizando a configuração de cidade pregada pelo Islã, a qual já teve seu modelo maniqueísta apresentado nesta investigação.



**Figura 2.** Igreja de Santa Maria de Faro – Sé (fonte: Licenciado sob domínio público, s.d).

#### **4. Planificação e ocidentalização em Faro: Resultados**

A partir do exposto até o momento, entende-se que o processo de produção de uma cidade como Faro que, embora seja considerada culturalmente árabe-muçulmana está localizada na Europa, não foge às regras dos padrões impostos pelo imaginário de ocidentalização das cidades do continente europeu, principalmente no que se refere ao domínio do cristianismo no território. A título de exemplo, encontra-se registrado nas pesquisas de Carrega e Lage (2019) que durante o período de ocupação islâmica residiam, na capital do Algarve, alguns cristãos sob domínio dos muçulmanos e isso foi tão significativo para a memória da cidade que no século IX a cidade tomou o nome de Santa Maria do Ocidente.

Isso implica reconhecer que havia uma pacificidade presente na convivência entre os povos árabe-muçulmanos e cristãos, pois esta homenagem à Santa Maria – mãe de Jesus – apesar de associada ao culto mariano do cristianismo, ainda assim respeita o fato de Maria ter sido a única mulher citada no livro do Alcorão, uma vez que ambas as religiões pregam que o nascimento de Jesus foi, de fato, um ato milagroso e que esta é então referência de pureza e obediência à Deus ou a Alá. Entretanto, ao entender o espaço a partir da construção das relações sociais seja por cooperação, seja por conflito, como já mencionado por Lefebvre (1986), sabe-se que estas trocas possuem determinados interesses no que tange ao reconhecimento das culturas envolvidas e à apropriação desses espaços.

Durante a peste bubônica, a cidade de Faro enfrentou um forte período de escassez no mercado de pescados o que contribuiu para uma forte crise econômica que culminou em um processo de ruralização da região do Algarve (CARREGA; LAGE, 2019), verificando-se uma breve diminuição do número de



moradores no litoral e afastando o povo árabe-muçulmano das condições essenciais para a manutenção da urbe islâmica. Essa nova realidade de implantação exigiu que os muçulmanos se adaptassem aos terrenos mais planos e a um desenho urbano de ordem clássica, que com o passar do tempo reverberou em ruas não tão retilíneas, uma vez que os padrões de afastamento entre as residências não costumavam ser respeitados justamente para fugir da configuração de um caminho legível.

Ainda com todos os estudos acerca da urbe islâmica, há ainda aqueles que afirmam que “os muçulmanos não formularam teorias de urbanismo” (KHIARA, 1993 apud SAMPAYO, 2001). Contudo, com o desenvolvimento da presente investigação pode-se reconhecer que a cultura árabe-muçulmana tem em si diversos princípios que guiam a construção das suas cidades e foi a partir dessas que eles tornaram possíveis a mediação de conflitos e a imparcialidade entre seus habitantes. E sobre isso, nota-se que a organização desta cidade árabe-muçulmana vai além do programa de cidades que se entende no Ocidente como a organização e hierarquização de um espaço físico, mas uma devoção e obediência religiosa que se manifesta independentemente do locus no qual o povo muçulmano se encontrar.

## 5. Considerações finais

A interpretação da produção do espaço da cidade islâmica permite adentrar na pauta de que é indissociável à compreensão acerca de um lugar e o conhecimento sobre as relações que se estabelecem nesse território seja ele geográfico, social ou econômico. Assim, pode-se admitir a necessidade de compreender as normas sob as quais vivem os muçulmanos para compreender o desenho urbano que imprimem na urbe e para identificar a paisagem urbana que a produção arquitetônica da cidade árabe-muçulmana é capaz de traçar, uma vez que suas ruas estão diretamente ligadas com as zonas que ocupam e com as funções que cumprem.

Com isso, pode-se afirmar que a cidade islâmica tem princípios urbanísticos próprios com ordem estética, ética e política, ainda que este traçado urbano não seja congruente aos padrões impostos ao longo dos anos a partir da *civitas* romana ou da *pólis* grega. Sobre esses termos, vale ressaltar que esse movimento de comparação entre diferentes cidades, a partir de uma interpretação equivocada quanto à ausência de ordem e planejamento, dificulta o exercício de absorção da cultura árabe-muçulmana a partir do espaço na qual está inserida, bem como impede a interpretação das reminiscências islâmicas presentes no espaço produzido em outras culturas e muitas vezes materializados na própria arquitetura.

Nesse sentido, a presente investigação infere que o crescimento das cidades islâmicas, e a conseqüente alteração na sua configuração espacial, seja conseqüência do processo de fixação induzida quando estes povos conquistavam seus territórios e encontravam neles o necessário para o seu desenvolvimento urbano, social e político. Esses movimentos de busca por estabilidade coletiva, somados à rigidez da religião islâmica, fizeram com que fossem erigidos alguns estereótipos eurocêntricos sobre a comunidade árabe-muçulmana limitando muitas vezes uma leitura da cultura islâmica e suas reverberações na escala urbana – razões essas pelas quais identifica-se o processo de ocidentalização desde uma ordem de implantação clássica de

cidade até a substituição de nomes islâmicos por termos cristãos, dispensando sua importância para a compreensão da urbe árabe-muçulmana.

Essa investigação se propôs a questionar se esse processo de ocidentalização teria, então, acontecido na cidade de Faro, em Portugal, uma vez que a situação desta, comparada a urbe tradicional árabe-muçulmana, já partia de um contexto urbano pré-estabelecido pela urbe romana. Assim, assume-se que este questionamento tenha sido sanado a partir do ponto de vista das relações pessoa e ambiente associadas aos conceitos e teorias da arquitetura e do urbanismo com os quais infere-se que a configuração do espaço urbano exerceu uma influência direta na forma como a religião árabe-muçulmana se adaptou aos dentro urbano de Faro, para estabelecer relações de identidade e pertencimento a fim de se emancipar política, e socialmente, a partir de espaços públicos mais legíveis e “ocidentalizados” em contraste com o espaço da urbe oriental islâmica.

Diferente do que se encontra na revisão bibliográfica sobre o assunto, onde os estudiosos costumam ser sociólogos e historiadores, a leitura realizada a partir das disciplinas da arquitetura e do urbanismo, permitem estabelecer uma nova abordagem para o tema a partir do olhar decolonial que desassocia a noção de progresso alinhada somente ao Ocidente, ao reconhecer que existe um urbanismo próprio da cidade árabe-muçulmana e que este dita uma morfologia urbana que ora se distancia do urbanismo ocidental, com as medinas e fortificações, ora se aproxima, ao estar intrinsecamente presente na produção do espaço de cidades europeias como Faro, em Portugal. Ainda, reconhece-se o esforço em manter a presença de disciplinas transversais a esta intenção de pesquisa, como a filosofia, a economia e a arqueologia, para contribuições enriquecedoras no que tange ao reconhecimento do processo de construção do urbano exigir uma leitura para além do território cartografado.

Sobre isso, algumas dificuldades foram identificadas no processo de construção do pensamento científico. Para Sampayo (2001), dois grandes obstáculos se fazem presentes hoje para o aprofundamento dos conhecimentos acerca do período medieval das cidades portuguesas: a destruição do Arquivo da Flor da Rosa e, também, do Arquivo de Palmela ter sido depositado na Torre do Tombo e não ter recebido nenhuma publicação. Nesse sentido, atenta-se também para a ausência de pesquisas sobre cidades islâmicas desenvolvidas por pesquisadores brasileiros, o que é notado por Jakubiak (2020) a partir do entendimento que as barreiras geográficas impostas pelo Atlântico dificultam a interpretação de resultados uma vez que a pesquisa arqueológica é indispensável para a compreensão da urbe oriental.

Por fim, entende-se que a viabilização deste trabalho partiu da oportunidade de pesquisa e construção do pensamento crítico e científico a partir da disciplina ministrada pelo Prof. Dr. Raphael Grazziano, que acompanhou o desenvolvimento desta investigação e contribuiu com suas considerações. Por essa razão, abre-se este espaço para registrar agradecimento ao professor e sua referida contribuição a partir do incentivo estabelecido pela tríade universitária de pesquisa, ensino e extensão, no qual os pilares de ensino e pesquisa puderam ser contemplados para fins de dar continuidade ao estudo desenvolvido durante o semestre letivo. Estende-se o agradecimento a Universidade Federal de Santa Catarina por proporcionar uma experiência

acadêmica pautada na responsabilidade científica e social ao permitir essa submissão.

## 6. Referências

CATARINO, Helena. **O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica: Povoamento rural e recintos fortificados.** Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, n.o 6, Vol. I. Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1997/98.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve História do Urbanismo.** A cidade islâmica. 7ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2003. p. 58-77.

JAKUBIAK, Ingrid Requi. As formas da cidade islâmica, uma apresentação. **Revista Vernáculo, n.o 45.** 2020.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. A Reconquista ibérica: A construção de uma ideologia. **História Instituições.** Documentos, n. 28, p. 277-295, 2001. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=625181>>. Acesso: 19 mar de 2022.

SAMPAYO, Mafalda G. Teixeira de. **O modelo urbanístico de tradição muçulmana nas cidades portuguesas.** Dissertação para obtenção de grau de Mestre. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2001.

SAMPAYO, Mafalda G. Teixeira de. Os regulamentos da cidade islâmica. **Arquitextos.** São Paulo, ano 15, n. 169.04, Vitruvius, jun. 2014. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.169/5224>>. Acesso: 26 nov de 2021.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva.** v. 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 1999.

CARREGA, Jorge; LAGE, Bruno. **Breve história sócio econômica de Faro.** 1º Edição. Faro: UFF - União das Freguesias de Faro, 2019. Disponível em: <<https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/13389/1/BREVE-HIST%C3%93RIA-SOCIOECON%C3%93MICA-FARO-E-BOOK..pdf>> Acesso: 16 mar de 2022.

---

<sup>i</sup> Foi investigadora do CEUA - Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em Lisboa/ Portugal, Os seus principais interesses de investigação focam-se em: Desenho Urbano, História Urbana e Espaço Público.

<sup>ii</sup> Parte antiga e de importância histórica para a memória das cidades islâmicas ficando cercada por fortificações e muralhas.